

7.janeiro.2014 – 19h00 e

RELATÓRIO DA AUDIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO FAMÍLIAS

Entidade: Associação Famílias

Carlos Aguiar Gomes

Recebidos por:

Deputados Diana Ferreira (PCP, Relatora, que presidiu à reunião), Nilza de Sena (PSD) e Agostinho Santa (PS).

Assunto: [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade.](#)

Exposição: A Deputada Diana Ferreira (PCP) enquadrou a audição, informando que estão a ser ouvidas várias entidades para recolha de contributos, visando a execução da [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade,](#) apresentou os Deputados presentes e indicou a grelha de tempos a utilizar.

O Dr. Carlos Aguiar Gomes, da Associação Famílias, referiu em primeiro lugar que os horários de funcionamento da Assembleia da República não são amigos da natalidade e das famílias. Iniciou depois a sua comunicação (que pode ser consultada na [página da Comissão, na Internet](#)) realçando a importância do contacto dos políticos com os cidadãos e considerando que a Resolução 87/2014 padece de uma distorção de prioridades, tendo proposto que se coloque no centro o apoio à família, mais abrangente, em que se incluirão as várias vertentes, da natalidade à proteção das várias faixas etárias.

Questionou ainda como aumentar a natalidade, face às condições das famílias, tendo referido casos muito generalizados de conflitualidade entre os pais. Realçou que desde 1982 não há renovação de gerações e salientou que o nascimento de mais 720 crianças em 2014 não é relevante.

Salientou depois o seguinte:

1. A baixa natalidade não se deve apenas à crise económica e social, já vem desde 1980 e é um problema de toda a Europa, mais da central;
2. Verifica-se um agravamento das condições de apoio às famílias;
3. A orientação e mediação familiar não está disponível, a menos que seja paga;
4. Falta apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social nessa área;
5. A Assembleia da República tem promovido largamente o aborto;
6. A criação dos Centros de Apoio à Vida não está operacional;
7. Os Centros de Atendimento à Família e Apoio Parental dão pouca resposta, não resolvendo as situações de conflito entre os progenitores e os filhos;
8. Verifica-se uma pobreza envergonhada muito alargada;
9. O Conselho Consultivo para as Questões da Família foi fechado e não há atualmente um organismo que represente as famílias;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

10. Não se sabe que sequência tiveram os “100 Compromissos para uma política da família – um plano global a desenvolver entre 2004 e 2006”;
11. Os idosos, sobretudo os sós, os doentes, precisam de políticas favoráveis;
12. Há necessidade de políticas globais e de creches e empregos próximos;
13. O término ou diminuição das Atividades de Tempos Livres (ATL) é desaconselhável;
14. A taxa de natalidade de Portugal ronda atualmente 1,21;
15. O país perdeu a esperança no futuro e está a perder a sua memória coletiva e familiar;
16. Há ainda outras questões a ponderar, nomeadamente, as adoções, o mecenato social familiar e as poucas respostas às adições (álcool e drogas), que provocam dificuldades familiares e sociais, tendo salientado a existência de muitos casos de alcoolismo.

Interviu de seguida a Deputada Nilza de Sena (PSD), referindo que o PSD manifestou uma preocupação premente em relação à matéria e realçando que o problema demográfico é de décadas e não só de Portugal.

Questionou depois quais as condições a dar aos casais que querem ter filhos, salientando que se verifica um adiamento da maternidade e uma diferença entre a fecundidade desejada e a realizada. Deu exemplos da França, da Dinamarca e da Alemanha, que desenvolveram políticas de apoio e incentivo à natalidade, realçando que o primeiro país teve bons resultados, mas o mesmo não aconteceu com o último.

Pedi depois contributos e medidas concretas a implementar, para remover os obstáculos à natalidade, primordialmente no âmbito da educação, atenta a experiência da Associação. Por último, salientou que as mulheres que não têm filhos com menos de 50 anos são menos de 1%, mas verifica-se uma dificuldade de passagem para o 2.º filho, sendo aí que se pretende investir.

O Deputado Agostinho Santa (PS) considerou fundamental que as questões colocadas incomodassem e que se fizesse uma reflexão, referindo que o mais importante era questionar e defendendo que era importante que se percebesse o essencial e que os políticos ouvissem os cidadãos (e as respetivas associações), incluindo as crianças.

Salientou depois que há muitas iniciativas, às vezes fragmentadas mas algumas desconexas, desreguladas e descontinuadas e relevou a importância da existência de uma entidade/instituição, que poderia não ter uma estrutura muito “pesada”, que coordenasse as políticas e a sua implementação. Por último, questionou o que fazia a diferença para quem queria ter mais de um filho.

A Deputada Diana Ferreira, em representação do PCP, realçou que para o respetivo Grupo Parlamentar a situação não está desligada da situação económica e social das famílias, consequência das opções políticas dos sucessivos Governos. Salientou depois como fatores importantes para a decisão em relação à natalidade, nomeadamente, a instabilidade laboral, o desemprego e a emigração.

Defendeu as respostas a nível da educação e saúde assumidas a nível público e referiu o facto de os manuais escolares não serem gratuitos e de se ter verificado uma redução no abono de família e de outros apoios.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Por fim, informou que o PCP apresentou um Projeto de Lei para criar a Comissão Nacional dos Direitos das Crianças e uma proposta para elaboração de um relatório anual sobre os direitos da criança e a situação da infância, tendo sido ambos rejeitados.

Na sequência das questões e observações colocadas, o Dr. Carlos Aguiar Gomes referiu o seguinte:

1. O drama de muitas políticas é a descontinuidade, tendo dado como exemplo o projeto da Associação de Famílias de apoio dos filhos de toxicodependentes, que foi avaliado positivamente, mas não teve continuidade após a sua vigência inicial, tendo-se já verificado a morte duma criança;
2. É necessário avaliar e articular as políticas das famílias, respeitantes às crianças, jovens e adultos, numa perspetiva integrada;
3. Deve promover-se uma natalidade consciente e responsável e não o seu aumento a todo o custo, com crianças que se destinem a institucionalização;
4. A economia da atualidade mata, com formas de escravatura laboral, defendendo que a sociedade deve repensar a economia que se pretende para o Ocidente, nomeadamente a subcontratação laboral, o desemprego;
5. Não faz sentido que muitos livros sejam deitados fora passado um ano e que a sua vigência seja pouco alargada, defendendo que a evolução das temáticas não justifica uma substituição tão rápida;
6. Muitos cidadãos não estão motivados para a reflexão, havendo necessidade de educação nesse sentido;
7. Há necessidade de refletir sobre a elevada taxa de divórcio em Portugal, de 70 em 100 casamentos, referindo casos de consequência negativas para os filhos.

A comunicação entregue e a gravação da reunião estão disponíveis na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 07 de janeiro de 2014

A assessora
Teresa Fernandes